Estruturas Urbanas da Expansão Portuguesa Elaboração de Uma Base de Dados

José Manuel Fernandes
Arquitecto Professor Agregado da F.A.U.T.L.
jmfernandes@fa.utl.pt

Resumo

Entre 1994 e 2004 foi desenvolvida uma investigação sobre os núcleos urbanos de origem ou influência portuguesa, no âmbito da Expansão Marítima, ou seja, nas áreas geográficas fora da Península Ibérica. O tempo histórico de análise, inicialmente condicionado ao período dos séculos XV a XVIII, foi gradualmente abrangendo épocas mais recentes, dos séculos XIX e XX, até ao marco simbólico de 1999 - que corresponde à entrega de Macau à República Popular da China, e com esse acto, ao final cronológico do processo ultramarino colonial.

Como se explica adiante, os objectivos foram registar sistematicamente os núcleos lusos dos vários continentes e ilhas, listando-os num sistema compreensível, e, de seguida, com apoio numa ficha-tipo, procurar caracterizá-los de modo geo-espacial, histórico, urbano-arquitectónico e funcional.

A equipa foi formada por vários investigadores, em coordenação pelo arquitecto José Manuel Fernandes: arquitecta Maria de Lurdes Janeiro, historiadora Olga Neves, historiadora Aida Freudethal, e, até 1998, arquitecta Renata Araújo.

Entre 2000 e 2002 foi dado apoio a este trabalho pela Faculdade de Arquitectura da U.T.L. de Lisboa, o que permitiu à equipa chegar a uma fase mais conclusiva, e que, embora ainda não final, mostra já alguns resultados concretos, expressos no relatório entregue à F.A.U.T.L. em 7/2004, e do qual se apresentam de seguida alguns excertos referindo conteúdos e outros aspectos que esperamos úteis.

Palavras - chave: estruturas urbanas, povoações, núcleo urbano, elementos internos, território disseminado.

Excerto, adaptado, do relatório sobre a fase do trabalho desenvolvido com apoio da FAUTL:

"Uma Síntese Caracterizadora, Analítica e Conclusiva

Caracterização do trabalho

Haverá em primeiro lugar, que esclarecer e precisar o que este trabalho constitui. Não se trata de uma base de dados cartográfica (ao contrário, por exemplo, da base de dados organizada pelo ISCTE sob a responsabilidade do arq. Manuel Teixeira) - pretendendo-se antes, no nosso trabalho, **estruturar uma Base de Dados analítica, utilizando exclusivamente os documentos e/ou as partes dos documentos mais interessantes para a análise, e criando mesmo (caso da Índia), quando a homogeneidade urbanística o justifica, instrumentos gráficos / cartográficos novos.**

Depois, há que explicitar igualmente que se procurou definir, como instrumento base de análise e posterior síntese, um sistema de temas/campos, aplicável a cada núcleo urbano individualizado, que se pudessem cruzar por via informática, permitindo a interacção dos dados armazenados, com vista a certas conclusões. Este sistema, desenvolvido e apresentado nas fichas-tipo incluídas no relatório, assenta em três grandes grupos, para cada núcleo urbano:

- > a **Estrutura Global** do núcleo, ou seja, o seu enquadramento geográfico, forma e estrutura geral, e a sua persistência material no tempo, como um todo;
- > o **Elementos Internos** do núcleo, ou seja, a seriação dos vários indicadores (espaços, funções e edifícios) que o caracterizam.
- > a **História Urbana** do núcleo, isto é, a descrição essencial do seu processo de formação, crescimento e eventual desaparecimento, enquadrada numa cronologia esquemática.

Considerou-se como englobável na categoria de Núcleo Urbano o povoado que reúna funcionalmente uma série de actividades públicas significativas (pelo menos duas, como a Câmara e a Matriz), associada ou não num mesmo espaço público (designado nos campos da ficha de "largo 1" se tiver apenas uma função pública assinalável, ou de "largo 2" se tiver duas ou mais dessas funções).

Evidentemente que nem todos os espaços considerados puderam ser englobados nesta categoria, sendo os mais elementares, ou de características mais diversas, inseridos nos seguintes grupos, correspondendo a fichas mais simplificadas:

Povoações (com uma estrutura proto-urbana ou mesmo de expressão semi-rural);

Edifícios isolados, ou cuja expressão dominante é a de objecto isolado - fortalezas, fortes e castelos, missões religiosas e outros tipos de construção análogos (o caso especial das roças são-tomenses manteve-se à parte, em anexo);

> o que se designou por **"Território Disseminado"**, e que, não constituindo nem um núcleo urbano, nem um pequeno povoado, nem um objecto isolado, reunia de facto uma série de elementos construídos, (aldeias, igrejas e fortes por exemplo) num dado espaço de certa extensão e significado, pelo que se considerou com significado no contexto e objectivo do estudo. De facto, trata-se na maior parte dos casos, de áreas complementares aos espaços efectivamente urbanizados, com eles interagindo em termos de abastecimento agrícola (casos dos arredores de Baçaim e Ilha de Goa, ou dos Prazos do Zambeze).

Factores da evolução do estudo e os objectivos estratégicos

Em 1999-2000, no arranque da fase do trabalho que aqui se reporta, a equipa considerou importante investir o seu trabalho e acções no aprofundamento das áreas ainda pouco tratadas, como adiante se explica e justifica. Para tal, como se foi dando informação detalhada nos relatórios intermédios, era necessário constituir um corpo de conhecimento global, a partir essencialmente de quatro vectores de levantamento:

- > os arquivos existentes em Portugal;
- > os arquivos existentes nos países com estruturas urbanas de origem ou influência portuguesa (no caso São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, estando já recolhidos e analisados Brasil, Cabo Verde, Índia-Goa, Macau e Japão);
- > os arquivos acessíveis por via electrónica/virtual (Internet)
- > a recolha fotográfica por observação directa, nos territórios e espaços visados.

Deste modo, foram estes quatro vectores que ditaram o principal investimento de trabalho e aplicação do financiamento, dividido entre as deslocações e viagens necessárias (com as respectivas pesquisas de arquivo durante essas estadas), e a heurística nos arquivos nacionais especializados e internacionais (estes sobretudo por via Internet), bem como a recolha no âmbito bibliográfico.

Destaquemos, no campo de pesquisa de arquivos, os arquivos históricos de São Tomé e Príncipe, de Luanda e de Benguela, e de Maputo e Beira. No campo nacional, mencionem-se os arquivos do Instituto de Investigação Científica Tropical (ex. Junta de Investigações do Ultramar) e da Sociedade de Geografia de Lisboa. Também o Arquivo de Cartografia Virtual do ISCTE, da responsabilidade do Professor Manuel Teixeira, constituiu uma base de recolha positiva.

No âmbito internacional, o destaque deve ir para os arquivos virtuais da Holanda, bem como para recolhas por pesquisadores holandeses, extremamente organizados e de muito fiável qualidade gráfica - com a vantagem da área de interesse holandesa, no caso dos espaços coloniais do Atlântico e do Índico, que aqui nos ocupa, coincidir na maior parte das situações com as áreas de análise da colonização e urbanização histórica portuguesa (de São Tomé a Angola, de

Ceilão a Cochim, existem espaços urbanos conquistados, episodicamente ou não, pelos holandeses).

As Escolhas e Opções no Decorrer do Trabalho

Na proposta inicial de 1999 considerava-se o completamento do estudo e da investigação sobre todo o universo urbanístico de influência portuguesa. Recordemos aqui as 4 áreas geográficas estruturadas:

- > América
- > Atlântico
- > Indico
- > Extremo Oriente

O estudo presente acabou porém por incidir sobre uma área mais restrita, uma vez que, pouco antes ou no decorrer dessa fase, foram sendo constituídos, completados e editados trabalhos globais sobre algumas dessas regiões, nomeadamente:

- > **Arquitetura Popular dos Açores** (Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 2000, com ampla análise dos fenómenos histórico-urbanos do arquipélago, em parte elaborados pelo coordenador da presente investigação);
- > **Cidades e Casas da Macaronésia** (José Manuel Fernandes, ed. FAUP, 1996, com ampla análise histórico-urbana de Açores, Madeira e Canárias);
- > **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial** (Nestor Goulart Reis Filho, USPIANA, S. Paulo, 2001, com a sistematização da iconografia histórico-urbana da totalidade da área Brasileira);
- > E dos trabalhos inúmeros sobre Macau (realçando a Revista de Macau de 1999, com o número duplo contendo a história e a evolução urbana da cidade).

Uma vez que os recursos materiais também eram limitados, a opção foi aprofundar as duas áreas menos tratadas até aqui globalmente (área 2 - Atlântico, e área 3 - Indico), e que constituem portanto o essencial do trabalho que ora se apresenta.

Evidentemente que no quadro exposto entendemos este estudo como uma investigação de carácter aberto (dada a sua natureza de Base de Dados informatizada, sistematizadora), que pode portanto continuar a encorpar e enriquecer a informação e análise contidas, quer nas áreas já aprofundadas quer nas restantes.

Mesmo assim, dentro das áreas mais focadas, não foi possível aprofundar algumas regiões pontuais (as áreas da Guiné, da Arábia e do Ceilão, que implicariam deslocações aos locais incomportáveis com o contexto e as condições financeiras do trabalho), pelo que a **listagem definitiva da análise desenvolvida no presente trabalho é a seguinte, por regiões:**

América

- > Brasil Norte (recolha sistemática efectuada em fase anterior; não aprofundado nesta fase)
- > Brasil Nordeste (idem)
- > Brasil Centro e Oeste (idem)
- > Brasil Sul e Colónia de Sacramento (idem)

Atlântico

- > Norte de África (c/recolha efectuada, n/aprofundado nesta fase)
- > Atlântico - Ilhas (Açores, Madeira e Canárias, com recolha efectuada, não aprofundado nesta fase)
- > Atlântico - Ilhas - Cabo Verde, com recolha efectuada em fase anterior, aprofundada nesta fase)
- > Costa e Golfo da Guiné (com recolha efectuada nesta fase, aprofundando o sector das Ilhas do Golfo da Guiné, com São Tomé e Príncipe)
- > Angola (com recolha efectuada nesta fase, e aprofundada também nesta fase)

Índico

- > África Oriental / Moçambique (com recolha efectuada nesta fase, aprofundada aprofundada também nesta fase)
- > Índia Norte, Índia-Goa, Índia Sul, Índia Oriental e Índia-Bengala (com recolha recolha efectuada em fase anterior, aprofundada nesta fase)
- > Arábia e Ceilão (com recolha efectuada, não aprofundada nesta fase)

Extremo Oriente

- > Insulíndia, China e Japão (com recolha efectuada, não aprofundada nesta fase)

Descrição dos conteúdos do trabalho nas áreas aprofundadas

(Esta descrição decorre da análise ou leitura das fichas-tipo, analíticas e iconográficas, do trabalho).

O desenvolvimento e apresentação do trabalho assenta portanto, em função do atrás dito, na seriação das seguintes regiões analisadas:

- > Ilhas Cabo Verde
- > Ilhas - Golfo da Guiné (com São Tomé e Príncipe)
- > Angola
- > África Oriental (com Moçambique)
- > Índia Norte

- > Índia Sul
- > Índia Oriental
- > Índia / Golfo de Bengala

Cada uma destas 8 regiões inclui uma determinada quantidade de povoados, que correspondem a uma ficha desenvolvida (no caso dos núcleos urbanos) ou a uma ficha simplificada, no caso das Povoações, Edifícios Isolados e Território Disseminado, como se explicou atrás.

Para cada região, um número de ordem (indicado em cada ficha, de 1 a n) exprime uma direcção geográfica orientadora da sequência dos povoados (Núcleos Urbanos, Povoações, Edifícios Isolados e Território Disseminado), com um sentido lógico, historicamente falando, em função de cada região.

Assim:

- > no caso da Índia, de norte para sul na costa ocidental, e de sul para norte, na costa da Índia oriental;
- > no caso das ilhas de Cabo Verde, de norte para sul e de ocidente para oriente (ilhas a norte) e de oriente a ocidente (ilhas a sul);
- > no caso do Golfo da Guiné e das ilhas de São Tomé e Príncipe, das ilhas mais importantes para as menos;
- > no caso de Angola, de norte para sul e da costa para o interior;
- > no caso da África Oriental e Moçambique, de sul para norte e da costa para o interior.

Como se disse, cada ficha desenvolvida (que apresenta os campos preenchidos na totalidade ou parcialmente por preencher, em função do conhecimento que se possui sobre cada lugar), corresponde a cada núcleo urbano; cada ficha simplificada corresponde aos espaços de nível secundário (ou seja às povoações e fortificações, missões e território disseminado).

(para isso se desenvolveram os temas da “descrição das chaves de todos os campos” e seus conteúdos, bem como as premissas da “organização geral da pesquisa - metodologia”).

A designação de cada Núcleo Urbano é um aspecto essencial da operatividade deste trabalho. Convencionou-se, dada a complexidade e multiplicidade que por vezes o “nome” do núcleo reveste (pelas suas diferentes designações ao longo da história, por exemplo), **incluir como designação o nome original (ou o mais antigo conhecido), o nome actual, e por vezes ainda, o nome do topónimo ou local onde se implanta, que poderá ajudar à compreensão do tema (exemplo: Lourenço Marques / Maputo / Delagoa Bay).**

Há ainda que falar dos Mapas Analíticos e de Síntese - de que se elaboraram seis na Índia - para os núcleos urbanos de Diu, Damão, Baçaim, Chaul,

Velha Goa e Cochim, e ainda para a Ilha de Moçambique, a cidade de Lourenço Marques/Maputo e a cidade do Lobito. Os objectivos são os de exprimir graficamente, em desenho urbano esquemático, as características essenciais que determinaram ou conformaram esses núcleos ao longo do seu desenvolvimento.

No caso dos sete exemplos na Índia e Moçambique, estas características incluem as nove funções que se consideram primordiais nos nove campos de análise das respectivas fichas (conforme os "Elementos polarizadores"):

- > Alfândega
- > Câmara Municipal e Cadeia
- > Defesa (fortificações, forte, castelo ou muralhas)
- > Convento de Franciscanos
- > Mercado público
- > Hospital / Misericórdia
- > Igreja (Matriz ou Sé Catedral)
- > Colégio Jesuíta
- > Palácio do Governador

E cuja existência, localização, inter-relação, etc, permitem a análise comparativa entre os vários núcleos da região. Evidentemente, estes critérios são válidos apenas para o conjunto específico das cidades litorais da Índia Portuguesa nos séculos XVI-XVIII. Quando se analisam outros núcleos (como Lourenço Marques ou o Lobito), já o critério e os campos seleccionados devem incluir outros temas.

Algumas Conclusões

Foram registados e elaborados - para as áreas Atlântica e Índica e suas regiões constituintes aqui analisadas - cerca de um quarto de milhar de espécies (em fichas), assim distribuídas, por cada região:

Cabo Verde - 28

Ilhas do Golfo da Guiné, com São Tomé e Príncipe - 14

Angola - 69

África Oriental com Moçambique - 42

Índia Norte - 40

Índia Goa - 22

Índia Sul - 15

Índia Oriental - 8

Índia e Golfo de Bengala - 11

Foram assim consideradas, nas respectivas áreas, as seguintes quantidades de espécies:

Área Atlântico - 111

Área Indico / África Oriental - 42

Área Indico / Índia - 96,

num total de 249 espécies (núcleos urbanos - 57, povoações, edifícios isolados e territórios disseminados - 192).

Há que comentar, em relação às quatro categorias seleccionadas (Núcleos Urbanos, Povoações, Edifícios Isolados e Território Disseminado), as respectivas quantidades detectadas.

Neste quadro, é interessante verificar que os núcleos urbanos mais desenvolvidos (os que, como referido atrás, possuem ou possuíram pelo menos duas funções significativas, das 9 seleccionadas nos campos da ficha), constituem uma minoria dentro desta vasta série de espécies.

Especificando os **núcleos urbanos** por regiões:

Cabo Verde - 3

Ilhas do Golfo da Guiné, com São Tomé e Príncipe - 2

Angola - 22 (9 a Norte, 9 no Centro e 4 no Sul)

África Oriental com Moçambique - 16

Índia Norte - 6

Índia Goa - 5

Índia Sul - 2

Índia Oriental - 1

Índia e Golfo de Bengala - 0

Foram assim consideradas, nas respectivas áreas, as seguintes quantidades de núcleos urbanos:

Área Atlântico - 27

Área Indico / África Oriental - 16

Área Indico / Índia - 14,

Num total de 57 urbes, ou seja, pouco mais de 1/5 do total de espécies, traduzindo uma distribuição equilibrada de ocorrências entre as áreas do Atlântico e do Indico (27 para 30, no espectro largo do meio milénio que liga os séculos XV a XX).

Podemos igualmente concluir, a partir de alguns campos, certos aspectos relacionados com as **características locativas dos espaços edificados**:

- > as localizações preferenciais dos núcleos registam-se na costa, com a situação em ilhas costeiras, em baías, na foz de rios e na praia - havendo também localizações interiores, mas sobretudo nos sécs. XIX-XX (e nestes casos, com
- > situação frequente em planaltos e plataformas);
- as malhas urbanas mais orgânicas ou de desenho mais irregular situam-se nas fases históricas mais antigas, ocorrendo as estruturas de feição mais reticulada e geométrica nos sécs. XIX-XX.

Já as **épocas preponderantes de desenvolvimento urbano e territorial em cada região**, nas áreas analisadas do Atlântico e do Índico, vão variando naturalmente em função das centralidades e geografias históricas sucessivas da Expansão Portuguesa:

- > para os séculos XVI-XVIII, é clara a expansão centrada no chamado Estado da Índia;
- > para os séculos XVI-XVII, há que registar o desenvolvimento no norte de Moçambique e na costa da África Oriental, para além das Ilhas (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe);
- > nos séculos XIX-XX, é patente o crescimento no centro e sul de Moçambique e no centro, sul e interior de Angola.

A Permanência Urbanística, ou seja, a duração material dos espaços edificados, é também muito variável: em 500 anos de processo histórico, houve núcleos que desapareceram, que entraram em ruína, que estagnaram e envelheceram, que cresceram e tiveram fases alternadas de apogeu e decadência. Em todo o caso, é dominante a persistência dos traçados urbanos e do casario, até à actualidade, na maior parte das espécies analisadas.

É grande a **variedade de promotores iniciais das fundações**, desde o Estado aos particulares, mas a acção do Rei ou Estado e a iniciativa militar dos executores é preponderante.

Também são diversificadas as funções iniciais dos núcleos edificados, mas **dominantes as com objectivos defensivos e comerciais.**

A população dos espaços construídos é na maior parte das ocorrências de constituição mista, englobando portugueses, a comunidade local (indianos, muçulmanos, etc) e os migrantes entre os diferentes espaços coloniais (colonos, escravos e outros).

Na legislação constata-se um **persistente processo de evolução e de afirmação administrativa**, com a maioria dos núcleos a passarem sucessivamente pelos estatutos de povoado, de vila e finalmente ascendendo a cidade, com base em documentos oficiais como Forais, Cartas Régias, Decretos.

A periodização dos eventos históricos para este conjunto de núcleos edificados abrange naturalmente todas as fases consideradas, mas constata-se uma **maior frequência de acções e de iniciativas construtivas em algumas dessas fases:** nas épocas Manuelina, Joanina/Regência (século XVI), Pombalina (sec. XVIII) e Mariano-Liberal (sec. XIX).

A existência de **núcleos de tipo concentrado e denso é dominante** - correspondendo às características do urbanismo de tipo Europeu, Meridional e de herança Clássico-Medieval, do caso português.

Desta base decorre a maior parte das outras dominantes constatadas: o tecido urbano homogéneo; as diferenciações internas de carácter funcional; e os vários espaços centrais internos (onde abundam os "largos", da Matriz, da Câmara, do Palácio, etc).

Quanto às **tipologias de malha urbana**, constatamos a predominância de estruturas de tipo linear (as mais elementares) e de tipo reticulado (as mais elaboradas), com diferentes graus de regularidade no seu desenho (as mais recentes são as de desenho mais rigoroso) - com as consequentes formas de quarteirão e de lote em retícula, mais ou menos regular. As dimensões destes também variam, tendendo a aumentar nas estruturas mais modernas, bem como varia a volumetria, que igualmente tende a aumentar progressivamente nas urbes mais recentes.

Em relação aos materiais utilizados, predominam os da chamada "**arquitectura de terra**" na Índia (sobretudo de Goa ao Sul, com o uso de laterite e de blocos talhados), e os da **arquitectura de pedra**, com a **complementar utilização da madeira** na construção interna. Neste campo, constata-se naturalmente o uso vernacular das pedras disponíveis consoante as características geo-morfológicas regionais: pedra vulcânica nas ilhas (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe), granito no Norte da Índia. A pedra e a terra são também materiais recorrentes tanto em Angola como em Moçambique.

Nas estruturas urbanas mais recentes constata-se a utilização de **estruturas metálicas (o ferro industrial)** nas cidades da transição dos séculos XIX-XX, **enquanto** o advento do betão armado se torna o material dominante na construção citadina desde meados do século XX.

As infra-estruturas mais correntes são as **muralhas e fortificações**, que surgem num número significativo de casos urbanos ou proto-urbanos, sendo as **pontes e cais** outra infra-estrutura igualmente frequente."